

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	960.997	789.541	960.997	789.541
Títulos e valores mobiliários	5	405.468	1.256.546	808.730	1.577.900
Caixa restrito	9	57.270	7.837	57.270	7.837
Clientes	6	86.950	384.781	86.950	384.781
Estoques	7	38.119	73.038	38.119	73.038
Impostos e contribuições a recuperar	10	85.524	9.851	86.352	10.358
Contas a receber - Partes relacionadas	8	16.131	63.082	14.324	14.629
Instrumentos financeiros	30	82.106	29.541	82.106	29.541
Adiantamento a fornecedores		112	62	477	62
Outros		13.656	1.868	13.653	16.356
Total do Ativo Circulante		1.746.333	2.616.147	2.148.978	2.904.043
Não Circulante					
Caixa restrito	9	267.983	378.811	267.983	378.811
Adiantamentos para aquisição de projetos	28	14.599	-	14.599	-
Impostos e contribuições a recuperar	10	170.975	76.406	170.975	76.406
Créditos a receber - Yinson	11	-	-	1.588.086	-
Investimentos	12	1.992.273	1.685.751	-	-
Imobilizado	13	2.398.994	1.123.181	2.399.441	3.066.900
Intangível	14	806.597	755.613	806.598	755.613
Arrendamentos - direito de uso	15	653.537	1.033.635	653.537	1.030.660
Outros ativos não circulantes		5.061	2.662	5.060	5.060
Total do Ativo não Circulante		6.310.019	5.056.059	5.906.279	5.313.296
Total do Ativo		8.056.352	7.672.206	8.055.257	8.217.339

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 1º de Janeiro de 2022	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital opções de ações	Reserva legal	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais a mínimo obrigatório	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
					Reserva de lucros	Reserva de lucros				
		2.042.553	30.756	178.769	1.273.960	478.106	112.446	-	7.138	4.112.768
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	1.079	(887)
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro		-	-	-	-	-	-	-	401.703	401.703
Realização do plano de opções de ações		-	-	(887)	-	-	-	-	(887)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	401.703	401.703
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.042.553	29.869	198.854	1.116.851	526.404	120.664	-	4.035.195	8.183.931
Saldo em 1º de Janeiro de 2023		2.042.553	29.869	198.854	1.116.851	526.404	120.664	-	4.035.195	8.183.931
Ajustes acumulados de conversão	12	-	-	-	-	-	-	-	(156.325)	(156.325)
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro		-	-	-	-	-	-	-	6.829	6.829
Realização do plano de opções de ações	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	31	-	-	-	-	-	-	-	(28.859)	(28.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.042.553	31.467	198.854	1.116.851	526.404	(28.859)	-	3.812.163	7.507.811

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional. A Enauta Energia S.A. ("Companhia" ou "Enauta") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Enauta Participações S.A. ("Controladora") e tem como principal objeto social a exploração, perfuração, desenvolvimento de projetos de produção, produção, importação, exportação, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a realizar qualquer negócio ou atividade relacionada com seus objetivos sociais, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes. A Companhia atua na exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação com outras empresas (consórcios), com ou sem personalidade jurídica. Em 31 de dezembro de 2023, a Enauta detinha o direito de participação em 20 concessões (21 concessões em 31 de dezembro de 2022), sendo operadora em um ativo em fase de produção, o Campo de Atlanta. Em 21 de dezembro de 2023, a Enauta celebrou contrato com a Petróbras para a aquisição de 100% dos campos de petróleo e gás de Uruguaçu e Tambáú na Bacia de Santos e de infraestrutura de gás que conecta até o campo de Mexilhão (nota explicativa 26). Na mesma data, a Enauta celebrou, ainda, contrato para aquisição da plataforma FPSO Cidade de Santos, operada pela MODEC nos campos de Uruguaçu e Tambáú (nota explicativa 26). A conclusão da transação depende do atendimento de condições precedentes, entre elas autorizações de autoridades competentes envolvidas, em especial a aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** **2.1. Declaração de Conformidade.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") (que incluem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos Orientatórios e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC")), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio de continuidade normal dos negócios, conforme avaliação efetuada pela Administração acerca da capacidade do Grupo em dar continuidade às suas atividades. **2.3. Moeda funcional e de apresentação.** A moeda funcional da Companhia utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real ("R\$"). Resa para fins de melhor reflexo o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. As controladas indiretas sediadas nos Países Baixos utilizam o dólar norte-americano ("US\$") como moeda funcional. A moeda de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real ("R\$"). **2.3.1. Conversão de moeda estrangeira.** Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações de resultados são convertidas pela taxa de câmbio média do mês, a não ser que as taxas de câmbio flutuem significativamente, quando o uso da taxa de câmbio média para o período é inapropriado. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes e ajustes acumulados de conversão. **2.4. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, exceto aquelas que não são relevantes para a base de dados-base. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos diretos e indiretos são avaliados pelo método de custo líquido de participação. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.5. Informações do segmento operacional.** A Administração da Companhia avaliou os processos de tomadas de decisões e as atividades de exploração e produção ("E&P") em 2023 e 2022, sendo que a atividade operacional é unicamente na geografia Brasil. **2.6. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC").** A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada através do método indireto. **2.7. Informações materiais das Políticas Contábeis.** As informações materiais das políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas nas respectivas notas explicativas, abaixo. Essas práticas contábeis são consistentes com as práticas e divulgações contábeis adotadas no Brasil. **2.8. Novas Normas, alterações e interpretações.** As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, foram adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, mas não tiveram impacto significativo nessas Demonstrações Financeiras.

Norma ou interpretação - Descrição
IFRS 17 / CPC 50
Contratos de Seguros
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática (CPC 26 (R1)) Divulgação de Políticas Contábeis Alterações à IAS 8 (CPC 23) Definição de Estimativas Contábeis Alterações à IAS 12 (CPC 32) Imposto Diferido Relacionamento Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Alterações à IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois
Normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não têm sua adoção obrigatória em 31 de dezembro de 2023.
Norma ou interpretação - Descrição
Alterações à IFRS 16 - Leasing - Demonsrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2))
Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1))
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1
Passivo Não Circulante com Covenants Alterações à IAS 7 e à IFRS 7
Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16
Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"
A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em período futuro a partir de 31 de dezembro de 2023. **3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas.** Na aplicação das políticas contábeis do Grupo a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis para os quais os valores não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis as novas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados a seguir.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Premissas para identificação de indicadores de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados	13
Determinação das taxas de depreciação do imobilizado	14
Determinação das taxas de amortização do intangível	14
Taxas de juros incrementais de arrendamento	15
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	20
Provisão para abandono	21
Avaliação de instrumentos financeiros	30
Remuneração baseada em ações	31

4. Caixa e Equivalentes de Caixa. Política Contábil. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.
• Composição

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa - em moeda nacional	797.185	183.078	797.185	183.078
Caixa e equivalentes de caixa - em moeda estrangeira	163.812	606.463	163.812	606.463
Total	960.997	789.541	960.997	789.541

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa com a finalidade de atender compromissos de curto prazo, que estavam aplicados em CDB (R\$, Overnight (US\$) e time deposits (US\$), com liquidez em até 30 dias. Em 31 de dezembro de 2023 cerca de 73% do caixa e equivalentes de caixa estavam alocados em Reais; já em 31 de dezembro de 2022, cerca de 77% do valor de caixa e equivalentes estavam alocados em dólares norte-americanos em conta no exterior. Em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade média do caixa investido em Reais era de aproximadamente 3,32% ao ano, enquanto em 31 de dezembro de 2022, e os investimentos em dólares norte-americanos rentabilizavam a 9,5% a.a. (3,4% a.a. em 31 de dezembro de 2022). **5. Títulos e Valores Mobiliários.** Política Contábil. Os Títulos e Valores Mobiliários são mensurados inicialmente a valor justo e, subsequentemente, de acordo com as suas respectivas classificações: - Custo amortizado: fluxos de caixa seguros que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto em modelo de negócios objetiva maior ou ativo com o objetivo de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos; - Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários significativos.
• Composição

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações de venda de gás	33.562	63.780	33.562	63.780
Operação de venda de óleo	6	4	6	4
Total	86.950	384.781	86.950	384.781

ENAUTA ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 11.253.257/0001-71

Passivo Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	16	353.141	264.917	354.840	866.395
Débitos com parceiros	17	34.916	82.388	34.916	82.388
Arrendamentos e financiamentos	15	288.749	442.390	288.749	467.555
Débitos de juros	18	117.487	108.219	108.219	108.219
Debitores	19	75.931	4.645	75.931	4.645
Impostos e contribuições a recolher	10	88.834	105.924	89.180	105.924
Remuneração e obrigações sociais	21	41.754	45.143	41.737	45.174
Contas a pagar - partes relacionadas	8	10.264	68.892	7.140	68.892
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	3	3.059	2.238	2.238	2.238
Obrigações de consórcios	22	61.290	7.324	61.290	7.324
Provisão de multas		821	821	821	821
Provisão de encargos sobre adiantamento de clientes		10.646	-	10.646	-
Outras obrigações		39.477	3.992	40.298	21.171
Total Passivo Circulante		1.126.369	1.160.232	1.125.274	1.735.303
Não Circulante					
Arrendamentos	15	46.546	361.375	46.546	329.816
Provisão para abandono	21	693.938	587.351	693.938	587.351
Remuneração e obrigações sociais	18	15.645	8.937	15.645	8.937
Empréstimos e financiamentos	18	98.250	98.250	98.250	98.250
Debitores	19	2.137.359	1.293.106	2.137.359	1.293.106
Impostos e contribuições a recolher	10	7.760	11.148	7.760	11.148
Instrumentos financeiros	30	10.985	34.284	10.985	34.284
Obrigações de consórcio	22	57.922	57.922	57.922	57.922
Provisão para contingência	20	-	104	-	104
IR e CSLL diferidos	10	49.415	122.559	49.415	124.173
Total do Passivo não Circulante		3.117.820	2.476.779	3.117.820	2.446.841
Patrimônio Líquido					
Capital social integralizado	31	2.042.553	2.042.553	2.042.553	2.042.553
Reserva de capital	31	31.467	29.869	31.467	29.869
Reserva de lucros	31	1.842.109	1.842.109	1.842.109	1.842.109
Outros resultados abrangentes		(28.859)	120.664	(28.859)	120.664
Prejuízos acumulados		(75.107)	-	(75.107)	-
Total do Patrimônio Líquido		3.812.163	4.035.195	3.812.163	4.035.195
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.056.352	7.672.206	8.055.257	8.217.339

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Resultado Financeiro	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita Líquida	23	1.388.562	2.175.363	1.388.562	2.175.363
Custos	24	(1.107.137)	(1.153.067)	(1.105.789)	(1.102.373)
Lucro Bruto		281.425	1.022.296	282.773	1.072.990
Recursos (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	24	(115.867)	(140.008)	(130.200)	(153.117)
Equivalência Patrimonial	25	29.189	(26.517)	-	-
Gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás	26	(161.660)	(152.802)	(161.660)	(152.802)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	9.588	(5.654)	(502)	(22.338)
Resultado Operacional antes		42.885	736.715	(9.589)	744.733
Resultado Operacional					
Rendimento das aplicações financeiras	27	121.603	(47.402)	136.271	(47.401)
Outras receitas (despesas) financeiras	27	(274.233)	(140.566)	(232.995)	(133.242)
Resultado Financeiro Líquido		(152.945)			

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IR e CSLL	(109.945)	548.757	(106.313)	563.590
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de IR e CS às alíquotas oficiais	37.381	(186.577)	36.146	(191.621)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	9.924	(9.016)	-	-
Incentivos Fiscais (a)	-	49.268	-	49.268
Despesas indedutíveis/receita não tributável:				
Permanentes	(12.467)	(729)	(4.517)	(12.013)
Prejuízos fiscais não ativados (b)	-	-	(422)	(7.521)
IRCS no resultado	34.838	147.054	31.207	(181.887)
IRCS correntes	4.428	(218.046)	(679)	(234.934)
IRCS diferidos	30.410	70.992	31.886	73.047

(a) Refere-se basicamente ao incentivo fiscal do crédito presumido do ICMS, Lucro da Exploração e doações incentivadas conforme legislação vigente. (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Enauta Finance BV apresentou prejuízo fiscal no valor de R\$ 422, a investidas no exterior não reconhece créditos tributários por não haver expectativa de rentabilidade tributável futura e histórico de lucratividade fiscal. - imposto de renda e contribuição social diferidos. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da Companhia, as quais serão deduzidas do lucro real e da base da contribuição social em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Amortização da provisão para abandono		202.495		187.068
Benefícios para pesquisa e desenvolvimento		761		761
Arrendamento - IFRS 16/CP/06		1.077		14.550
Provisões diversas		58.781		25.099
Rentabilidade Negativa		36.303		15.466
Prejuízo fiscal e base negativa		36.303		34.202
Provisão de fornecedores		27.740		34.202
Total		322.157		277.146

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributação sobre Bases Universais - Enauta Netherlands	(18.676)	(43.194)	(18.676)	(43.194)
Crédito de exclusão ICMS base de cálculo PIS e COFINS	(14.763)	(14.763)	(14.763)	(14.763)
Depreciação acelerada (b)	(45.920)	(45.920)	(45.920)	(45.920)
Provisão para abandono	(56.782)	(34.379)	(56.782)	(34.379)
Ata a valor justo - campo de Atlanta	(224.785)	(237.711)	(224.785)	(237.711)
Provisões diversas	(10.646)	(23.729)	(10.646)	(25.350)
Total	(371.572)	(399.698)	(371.572)	(401.319)

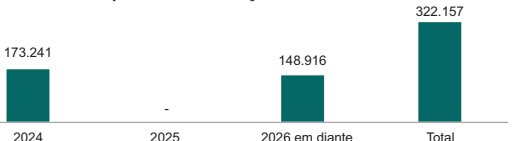
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo fiscal diferido				
Saldo em 31 de dezembro de 2022				277.146
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:				
Amortização da provisão para abandono				15.427
Arrendamento - IFRS 16/CP/06				(13.473)
Provisões diversas líquidas - adições e reversões				33.682
Rentabilidade Negativa				(15.466)
Prejuízo fiscal e base negativa				36.303
Provisão de fornecedores				(11.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2023				322.157

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo fiscal diferido				
Saldo em 31 de dezembro de 2022				(399.698)
Tributos com Exigibilidade Suspensa				(41.319)
Provisão para abandono				(22.403)
Amortização do ajuste a valor justo - campo de Atlanta				12.928
Provisão de receitas				13.548
Exclusões temporárias diversas líquidas - exclusões e reversões				(548)
Saldo em 31 de dezembro de 2023				(371.572)

Saldo passivo diferido líquido (49.415) (49.415)

a) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se à tributação sobre bases universais - Enauta Netherlands no valor de R\$ 43.194. Em 31 de dezembro de 2023, em razão de decisão proferida em 09 de janeiro de 2024 pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, a Enauta Finance BV apresentou recurso de apelação. A Enauta Finance BV questiona a aplicação das regras brasileiras de Tributação em Bases Universais a Enauta transferir estes tributos relativos à Enauta Netherlands no total de R\$ 55.180 (valor principal de R\$ 43.194 somado a R\$ 11.986 de atualização) para a rubrica de impostos e contribuições a recolher e mantém no diferido um valor total de R\$ 18.676 referente à tributação sobre bases universais da Atlanta Field BV, a qual possui Mandado de Segurança vigente. (b) Refere-se a passivo fiscal diferido decorrente da aplicação do método de depreciação acelerada ao longo do exercício de 2018. A Companhia tem previsão de iniciar a liquidação deste passivo diferido a partir do segundo semestre de 2026. A Companhia preparou o estudo anual de realização de seus créditos fiscais com base nas premissas operacionais e financeiras de seu modelo de negócio previstos para os próximos exercícios tendo como data base 31 de dezembro de 2023. Abaixo segue o cronograma esperado de realização dos créditos tributários diferidos nos próximos exercícios consubstanciados pelo orçamento para os próximos anos aprovado pela Administração.

Ano Esperado de Realização



11. Créditos a Receber. Em 31 de julho de 2023 a empresa Yinson Bouvardia Holdings Pte. Ltd. ("Yinson"), exercendo a opção de compra do FPSO Atlanta por meio da aquisição da totalidade das ações da AFPS B.V. A venda do FPSO Atlanta reflete um valor de US\$ 400,00 mil (equivalente a R\$ 1.918.280 na data da transação) da AFPS B.V., na data do exercício da opção. Deste montante, US\$ 220,75 mil (equivalente a R\$ 1.053.379 na data da transação) foram recebidos em caixa pela AFV. US\$ 316.919 mil (equivalente a R\$ 1.512.201 na data da transação) foram reconhecidos como financiamento concedido à Yinson em 31 de julho de 2023 e aproximadamente US\$ 61.046 mil compensados com créditos a pagar à Yinson e outros contos a receber. Esta operação tem prazo de liquidação de 15 anos e recebimentos trimestrais do valor de principal e dos juros, a partir de seis meses após primeiro óleo, previsto para agosto de 2024 (vide nota explicativa 28). A movimentação de créditos a receber é como segue:

	Consolidado
Creditos a receber - Yinson	1.512.201
Juros incorridos	44.924
Variação cambial	(466)
Total em 31 de dezembro de 2023	1.588.066

12. Investimentos. Política Contábil. Participações da Companhia em controladas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 compreendem às demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas listadas abaixo:

Empresa	País de operação	Controle	31/12/2023		31/12/2022	
			Quantidade % Part.	Quantidade % Part.	Quantidade % Part.	Quantidade % Part.
Enauta Netherlands	Países Baixos	Direto	100%	1	100%	1
Enauta Finance B.V.	Países Baixos	Direto	100%	1	100%	1
Atlanta Field B.V.	Países Baixos	Indireto	100%	27.214	100%	27.214
AFPS B.V. (a)	Países Baixos	Indireto	100%	100%	100%	100%

a) Enauta Netherlands B.V., com sede na cidade de Rotterdam, nos Países Baixos, tem como objeto social controlar, gerenciar e supervisionar empresas, realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer atividades que estejam relacionadas às já descritas. A Enauta Finance B.V., com sede na cidade de Rotterdam, Países Baixos, tem como objeto social controlar, emprestar e angariar recursos, incluindo a emissão de bonds, instituir fundos de investimento, administrar, operar e gerenciar e celebrar acordos relacionados com as atividades acima mencionadas. A Atlanta Field B.V., com sede na cidade de Rotterdam, Países Baixos, tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração de hidrocarbonetos e, ainda, adquirir, participar e administrar e supervisionar negócios e sociedades. A época de sua constituição, foi criada visando a parceria com os não operadores na concessão do Bloco ES-M-673. A AFPS B.V., com sede na cidade de Rotterdam, Países Baixos, tem como principal objeto social possuir, arrendar, subarrendar e operar embarcações flutuantes de produção e descarga e qualquer outro equipamento de upstream ou downstream. (a) Em 14 de julho de 2023 a Companhia recebeu carta da Yinson informando o exercício da opção de compra do FPSO Atlanta por meio da aquisição da totalidade das ações da AFPS B.V. (notas explicativas 11 e 28). - Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Abaixo, dados dos investimentos e suas informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/12/2023		31/12/2022	
	Enauta Netherlands	AFBV Enauta Finance	Enauta Netherlands	AFBV Enauta Finance
Capital social	1.923.477	2.065.755	1.930.945	3.464
Patrimônio líquido	1.930.945	1.986.102	1.930.945	1.282
Resultado do exercício	30.427	33.127	(1.239)	(1.239)
Ativo total	1.992.539	1.988.088	2.516	2.516
Passivo total	1.554	1.986	1.229	1.229

Rec. operacional líquida (21.139) (a)

(a) Refere-se principalmente ao impacto da amortização do instrumento financeiro, como reduzida da receita que tem valor linear, independentemente de haver ou não faturamento.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Enauta Netherlands	AFBV AFPS BV Enauta Finance	Enauta Netherlands	AFBV AFPS BV Enauta Finance
Capital social	1.607.208	1.638.965	1.647.129	889
Patrimônio líquido	1.677.730	1.638.965	1.638.965	889
Resultado do exercício	(26.539)	(21.099)	(18.349)	(880)
Ativo total	1.686.724	2.250.459	2.239.754	718
Passivo total	994	572.749	603.652	696

Rec. operacional líquida 176.443

A movimentação dos investimentos da Companhia apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.685.751		1.685.751
Aporte de capital - Enauta Netherlands		431.110		431.110
Aporte de capital - Enauta Finance		2.575		2.575
Ajustes acumulados de conversão		(156.352)		(156.352)
Resultado de equivalência patrimonial		29.189		29.189
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.992.273		1.992.273

13. Imobilizado. Política Contábil. O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificados depreciables e amortizáveis. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipóteses sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas hipóteses assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e reservas prováveis estimadas. A estimativa da vida das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção. A estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do valor de reservas e da vida útil dos ativos a eles vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado dos campos em produção são estimadas tendo como base a produção em condições de produção e amortização acumuladas. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provável e desenvolvimento do campo produtor. As reservas prováveis utilizadas para o cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. As estimativas de reservas prováveis e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas prováveis e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assumia hipó

ENAUTA ENERGIA S.A. CNPJ nº 11.253.257/0001-71

Composição	R\$	Composição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
(+) Captação de debêntures – 1ª emissão	1.400.000			
(-) Custo de captação – 1ª emissão	(107.197)			
(+) Juros no exercício	4.645			
(-) Apropriação de custo de captação	303			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.297.751			
(+) Captação de debêntures – 2ª emissão	(284.957)			
(-) Custo de captação	(284.957)			
(+) Juros no exercício	254.496			
(-) Pagamento de juros	(183.210)			
(-) Apropriação de custo de captação	29.210			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.228.988			
Circulante	75.931			
Não circulante	2.153.057			

20. Processos Judiciais Fiscais, Cíveis e Trabalhistas. • Política Contábil. Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável e seu valor puder ser estimado de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa exercicício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de custo de liquidação presente na data de balanço. Quando a provisão não é reconhecida, a consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas, exceto quando a provisão de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não são objetivamente estimados. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado. Os valores referentes a obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas e outras obrigações desta natureza são apresentados em demonstrações financeiras consolidadas e consolidadas. • Estimativas e julgamentos contábeis críticos. O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um mais eventos futuros ocorrerem nos termos do contrato ou evento, independentemente de quando o evento não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais julgamentos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais. A Administração, subsidiária na opinião de seus assessores legais, não possui o controle operacional sobre o processo judicial, mas o processo judicial do Operador do Bloco respectivo (este como responsável pelo acompanhamento da demanda judicial), avaliou a probabilidade de perda de seus processos judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Os processos cuja probabilidade de perda foi julgada como possível não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas. Os processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável são reconhecidos em valores necessários para cobrir o risco de perda. Os processos cujo resultado de 2023 não há processos cuja probabilidade de perda seja julgada como provável. • Composição

Provisão de perda	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Provável	Ambientais	-	104
Total de causas prováveis		116.228	83.48
Possível	Tributárias	13.733	11.925
Possível	Ambientais	2.714	-
Possível	Trabalhista	-	-
Possível	Cível (*)	-	-
Total de causas possíveis		132.675	96.383

20.1 Processos judiciais não provisionados. Dentre as causas judiciais classificadas como perdas prováveis destacam-se as seguintes: **Causas ambientais**, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do araste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machado (LA), fato este que teria causado danos ao meio ambiente. A controvérsia judicial teve valor de R\$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$10.661 em 31 de dezembro de 2022). **Causas regulatórias**: Processos junto à Agência Nacional do Petróleo – (ANP). Processo administrativo nº 48610.206338/2023-35 em razão da multa aplicada no auto de infração recebido em 25 de março de 2022 lavrada pela ANP. A infração refere-se ao suposto descumprimento do Plano de Desenvolvimento do Campo de Atlanta. FPM, em 2023, não foi penalizado ainda não foi fixada, podendo variar entre R\$ 5 a R\$ 2.000. Processo administrativo nº 48610.235396/2023-57 foi aberto em razão de auto de infração recebido em 26 de novembro de 2023, por conta de supostas não conformidades identificadas em atividade de fiscalização conduzida pela SSM, no período de 31.08.2020 a 04.09.2020 na unidade FPSO Petrojar I. Foi apresentada a defesa e a multa ainda não foi fixada, podendo variar entre R\$ 5 a R\$ 2.000. Processo administrativo nº 48610.234582/2023-57 foi aberto em razão de auto de infração recebido em 26 de novembro de 2023, por conta de supostas não conformidades identificadas em atividade de fiscalização conduzida pela SSM, em julho de 2019 na unidade FPSO Petrojar I e não sanadas pela autuação. Foi apresentada a defesa e a multa ainda não foi fixada, podendo variar entre R\$ 5 a R\$ 2.000. (*) Valores não contemplados no quadro acima. **Causas tributárias**, IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento. Não recolhimento de contribuições sobre remessas ao exterior para o pagamento de afretamento. Nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já nos exercícios de 2010 a 2013 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. Em relação ao PIS, COFINS e CIDE, os processos estão sob litígio, ou na esfera administrativa ou já na fase judicial. A Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petróleos, o qual classifica como possível as chances de sucesso. O Operador optou pelo pagamento especial previsto no Decreto Federal nº 13.586/2017, artigo 3º, o que resultou na obrigatória restituição (parcial) dos processos que tinham por objeto os débitos deste imposto. Em 2022 o Operador foi autuado pela Receita Federal para a cobrança do PIS e COFINS sobre os valores anistados por esta Lei Federal, cujo valor montia R\$ 10,408 em 31 de dezembro de 2023. Com relação ao recolhimento de PIS, COFINS e CIDE, os valores permanecem sob litígio. Os afretamentos realizados de 2008 a 2013, somados aos valores dos novos autos de 2022, montam a quantia de R\$89.826 em 31 de dezembro de 2023 (R\$70.766 em 31 de dezembro de 2022). **21. Provisão para Abandono.** • Política Contábil. A provisão para abandono constituída reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tapamento dos poços; (ii) remoção das linhas e dos equipamentos; (iii) remoção dos equipamentos; (iv) custos de transporte; (v) custos de descomissionamento base em uma inflação que varia de 2,1% a 2,48% ao ano (em dólares norte-americanos) e foram ajustados a valor presente por sua taxa média que varia de 5,35% a 6,86% ao ano (em dólares norte-americanos). As taxas de inflação e as taxas utilizadas no valor presente variam de acordo com a estimativa da data esperada de abandono de cada campo. • Estimativas e julgamentos contábeis críticos. O Grupo, no momento dos cálculos, reavaliou anualmente as estimativas de provisão de seus campos. A metodologia utilizada para o cálculo da provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento. Revisões das estimativas na provisão de abandono são realizadas quando há mudanças significativas em dados de produção, custos, duração do tempo (denominado como reversão do desconto), consideradas no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado financeiro (nota explicativa 27). A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás projetados com base na inflação estimada pela Administração da Companhia. A implementação da provisão para abandono nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Campos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Manati	Atlanta	781.180
Remensuração de provisão e atualização cambial (nota explicativa 13)	(44)	(165.683)	(210.127)
Ajuste a valor presente	1.085	5.539	6.624
Saldo em 31 de dezembro de 2022	241.746	345.605	587.351
Remensuração de provisão e atualização cambial (nota explicativa 13)	(24.559)	112.845	88.250
Realização	(1.544)	(50)	(1.594)
Ajuste a valor presente	222.241	471.687	693.938
Saldo em 31 de dezembro de 2023	222.241	471.687	693.938

22. Obrigações de Consórcios. • Composição

	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
PEM a pagar			
Total	119.212	65.246	
Circulante	61.490	7.324	
Não circulante	57.922	57.922	

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor de R\$57.922, reconhecido como longo prazo, refere-se a adiantamentos de programação aprovados para a exportação de petróleo e gás natural, sob o contrato de longo prazo M-337 e FZA-M-90. Estes blocos estão com contrato suspenso temporariamente em razão do aguardo do IBAMA sobre o licenciamento ambiental. Em 12 de dezembro de 2022, por força da Resolução de Diretoria nº 645/2022, a ANP aprovou o acordo de resolução consensual do contrato BM-CAL-12. Conseqüentemente o valor de R\$7.324 registrado em 31 de dezembro de 2022 como passivo circulante, referente ao seguinte garantia, foi pago a título de depósito em 2023. Em fevereiro de 2023, foi assinado o contrato de concessão do bloco pelos concessionários. A baixa do respectivo ativo exploratório já havia sido provisionada pela Companhia em 2020. Em 31 de agosto de 2023, após recusa da Petrobras quanto à oferta de Cessão de 50% da participação da Enauta nos blocos ES-M-598 e ES-M-673, iniciaram-se as discussões para a retirada da Enauta dessas áreas. Com essa formalização de saída dessas áreas, os PEMs dos blocos no montante de R\$61.290 (R\$53.394 referem-se ao bloco ES-M-598 e R\$7.896 referem-se ao bloco ES-M-673) foram provisionados no bloco.

Recita Operacional Líquida. • Política Contábil. Receita de contrato com cliente. As receitas referentes à extração de petróleo e gás natural são reconhecidas quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis, os quais são alocados no período de produção, considerando a cada obrigação de produção. Quando há uma contrapartida à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos produtos prometidos aos clientes. O bem é considerado transferido quando está de posse do cliente, ou seja, quando o cliente tem controle e obtém substancialmente todos os benefícios restantes do ativo em questão. • Composição

	Consolidado	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Recita operacional bruta	1.468.844	2.278.053	
PIS	(5.518)	(7.976)	
COFINS	(25.417)	(36.749)	
ICMS	(43.840)	(62.953)	
Impostos sobre exportação (a)	(3.306)	-	
Créditos prestados ICMS (b)	-	4.988	
Total de deduções	(78.081)	(102.690)	
Recita operacional líquida	1.390.562	2.175.393	

(a) Em 1ª de março de 2023 o Governo Federal publicou a Medida Provisória 1.163/2023, que estabeleceu o aumento de 2% da alíquota de PIS e COFINS sobre a exportação de petróleo e gás natural, a partir do exercício de 2023. O aumento de 2% da alíquota de PIS e COFINS sobre a exportação de petróleo e gás natural, a partir do exercício de 2023, não afetou o resultado líquido de 2023. (b) Benefício fiscal de ICMS conforme Decreto Estadual nº 13.844/12 da Bahia, extinto no primeiro semestre de 2022 (nota explicativa 10). **24. Custos e Despesas Gerais e Administrativas.** • Composição - Custos

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Custos de extração	(283.834)	(425.043)	(414.308)	
Royalties e participação especial	(81.098)	(118.026)	(118.026)	
Amortizações e depreciações	(663.620)	(569.998)	(570.039)	
Custos com parada de manutenção	(175.957)	(78.219)	(102.372)	
Total	(1.197.512)	(1.180.789)	(1.102.372)	

	Controladora	Consolidado	01/01/2023 a 01/01/2023	01/01/2022 a 01/01/2022
F pessoal (a)	(149.414)	(132.487)	(150.339)	(133.583)
Serviços contratados de terceiros	(21.526)	(28.172)	(28.172)	(28.172)
Seguros	139	(2.072)	139	(2.072)
Impostos e taxas	(3.364)	(607)	(3.365)	(929)
Anúncios e publicações	(1.926)	(1.927)	(1.926)	(1.672)
Serviços compartilhados	(2.800)	(2.291)	(1.462)	(927)
Manutenção	(7.854)	(9.836)	(7.854)	(9.836)
Locação	(1.250)	(1.532)	(1.707)	(1.826)
Outras despesas	(11.863)	(15.601)	(12.619)	(16.123)
Alocação de projetos E&P (b)	-	-	84.241	-
Total	(115.887)	(140.608)	(130.200)	(153.171)

(a) As despesas com pessoal incluem os programas de pagamento baseados em ações: *phantom shares* e *matching shares*. (b) Refere-se à transferência de despesas relativas aos blocos operados pela Companhia para respectiva capitalização como ativo ou alocação como custo de operação ou gastos exploratórios. **Phantom shares.** Em abril de 2022, a Companhia outorgou 478.044 phantom shares, em referência para valorização da premiação de 478.044 ações ordinárias emitidas pela Enauta Participações, aos beneficiários do programa. Em abril de 2023, a Companhia outorgou 187.859 phantom shares, equivalentes, como referência para valorização da premiação, a 187.859 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. O pagamento se dará diretamente na folha de pagamento, considerando todos os encargos sociais atrelados e a condição de permanência dos funcionários da Companhia no período de 36 meses, adjuvando o direito de recebimento de 1/3 do plano no mês de janeiro de cada ano subsequente à prestação de serviços. Uma vez cumprida a condição de serviço, sendo a principal delas manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou controladas até o término do *vesting*, previsto para: 1ª outorga (2022), no mês de janeiro de 2024 e 2025, os beneficiários receberão o prêmio, com a quantidade de *phantom shares* outorgadas, diferidas em 3 parcelas iguais nos meses de fevereiro de 2024, 2025 e 2026. O valor justo é calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais, em referência ao prêmio, foi de R\$ 11,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o prêmio não foi pago, sendo o valor justo calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento, considerando os funcionários elegíveis para o prêmio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo contabilizado na rubrica de remuneração e obrigações sociais, incluindo encargos sociais

ENAUTA ENERGIA S.A. | CNPJ nº 11.253.257/0001-71

(i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso i do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. • Composição. i. Capital social. O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 2.042.553, dividido em 191.262.711 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas pela acionista Enauta Participações S.A.. ii. Resultado líquido por ação. Política contábil. Resultado por ação. O lucro ou prejuízo líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro ou prejuízo líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria. O lucro líquido ou prejuízo líquido por ação diluído é computado ajustando-se o lucro ou prejuízo líquido atribuído aos titulares de ações ordinárias da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Não há outro instrumento diluidor, além do plano de opções de ações. Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o resultado por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro básico e diluído por ação		
Numerador:		
Resultado do exercício	(75.107)	401.703
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	191.262	191.262
Resultado básico por ação ordinária	(0,39)	2,10

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações. • Política contábil. A remuneração baseada em ações para empregados, a ser liquidada com instrumentos patrimoniais da controlada da Companhia, é mensurada pelo valor justo na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido ("plano de opção de ações"). • Composição. O Conselho de Administração da controladora (Enauta Participações), no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Enauta Participações, aprovou a outorga de opções de compra de ações ordinárias para administradores e executivos da Companhia. As opções, referentes ao ano de 2016 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data da concessão utilizando-se o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016. As reuniões do Conselho de Administração da controladora (Enauta Participações) e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2023
Data da reunião do Conselho de Administração	08/11/2023
Total de opções concedidas	8.306.466
Valor justo da opção na data da concessão	R\$5,57
Volatilidade estimada do preço da ação	49,70%
Prazo de exercício da opção (em anos)	7

A volatilidade esperada pode ser estimada a partir da volatilidade histórica para uma amostra compatível com o prazo da opção. A volatilidade histórica da ação ENAT3 nos 7 anos anteriores à Data de Outorga é 49,7%. A movimentação das opções de ações existentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentada a seguir:

	Opções de ações
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2021	358.979
Exercício de opções em 2022	(313.815)
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2022	45.164
Ações concedidas no exercício	8.306.466
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2023	8.306.466

Os saldos de plano de opção de ações no período findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 registrados no patrimônio líquido é de R\$31.467 e R\$29.869, respectivamente. iv. Destinação do resultado do exercício. O estatuto social da Companhia prevê a destinação do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(75.107)	401.703
Constituição da reserva legal (5%)	-	(20.085)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(11.448)
Reserva de incentivos fiscais	-	(48.298)
Reserva de investimentos	-	(321.872)

32. Seguros. • Composição. A Companhia e suas controladas mantêm seguros para cobertura de risco sobre seus ativos imobilizados e responsabilidade civil. As principais apólices vigentes e importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importâncias
	Início	Vencimento	31/12/2023
Riscos de petróleo	31/12/2022	30/06/2024	6.063.362
Proteção e indenização	20/02/2023	20/02/2024	4.357.170
Risco de construção	14/03/2022	31/03/2024	2.480.670
Responsabilidade civil de diretores e administradores	29/03/2023	29/03/2024	140.000
Patrimonial	21/07/2023	21/07/2024	14.571
Responsabilidade civil empregador	21/02/2023	21/02/2024	9.683
Total			13.065.456

33. Plano de Benefícios de Aposentadoria. • Composição. A Companhia, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de outras obrigações da Companhia referentes a planos de previdência. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas. A despesa é reconhecida na demonstração do resultado e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	Controladora e Consolidado
Previdência privada	(1.433)
Total	(1.433)

34. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixas. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	-	23.347	-	-
Ações em tesouraria - ganho	161	-	-	-
Venda FPSO Yinson	-	-	1.512.201	-
Transferência de Imobilizado para arrendamento	-	14.006	-	14.006
Transferência de Imobilizado para intangível	95.470	-	95.470	-
Adições de contratos - arrendamento	-	106.737	-	106.737
Atualizações de contratos arrendamento	313	530.894	313	531.259
Capitalização juros e deságio debêntures	163.859	-	163.859	-
Amortização (Estoques)	4.752	10.930	4.752	10.930

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL diferido - Bases tributárias universais	45.839	-	45.839	-
Provisão de abandono - remensuração e atualização cambial	88.316	210.453	88.316	210.453
Fornecedor de imobilizado	204.839	-	204.839	532.828

35. Emissão e Arquivamento das Demonstrações Financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela Administração da companhia em 04 de abril de 2024. **36. Eventos Subsequentes.** (i) **Aquisição de participação dos campos Uruguá - Tambaú.** Em 24 de janeiro de 2024, o CADE aprovou a aquisição, pela Enauta, da participação de 100% detida pela Petrosbras nos campos de Uruguá-Tambaú da concessão BS-5007 e no Gasoduto Uruguá-Mexilhão; e do FPSO Cidade de Santos MV20, detido pela Gas Opportunity, que está afretado para a Petrosbras para a própria operação desses campos. A operação ainda está sujeita, no entanto, à aprovação da ANP. (ii) **Dividendos propostos.** Na AGE de 20 de fevereiro de 2024 da Enauta foi aprovada a distribuição de dividendos para Enauta Participações no valor de R\$45.000 mediante utilização de parcela de reserva de investimento. (iii) **venda de 20% de participação na Concessão BS-4.** Em 21 de março de 2024 a controladora da Companhia anunciou a assinatura de contrato de venda de 20% de participação na Concessão BS-4, que inclui os campos de Atlanta e de Oliva. O acordo envolve: (i) Venda de participação de 20% nos campos de Atlanta e de Oliva por US\$301,7 milhões, a serem pagos no fechamento da transação e sujeitos a ajustes relacionados ao fluxo de caixa líquido com os investimentos para entrega de Atlanta e de Oliva gerado entre a data efetiva de 1º de novembro de 2023 e a data de conclusão da transação. Como parte da transação foi acordado o recebimento, por parte da Enauta Energia, em até 60 dias da data da assinatura do contrato, de US\$75 milhões como empréstimo, a ser descontado do valor a ser pago na conclusão da transação; (ii) Opção de venda de participação de 20% na Atlanta Field B.V. ("AFBV") por US\$65 milhões para exercício em 2024. O fechamento da transação está sujeito à aprovação dos investidores da 1ª e 2ª séries de debêntures da Enauta e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). (iv) **Deslocamento do FPSO Atlanta.** Em 20 de março de 2024 o Grupo comunicou ao mercado que, após conclusão bem-sucedida de atividades no estaleiro e testes em mar, o FPSO Atlanta iniciou navegação rumo à locação no Campo de Atlanta, na Baía de Santos, conforme cronograma do projeto. O tempo de viagem é estimado em 45 dias, podendo variar em função das condições de mar. (v) **Proposta de combinação de negócios com a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R").** Em 01 de abril de 2024, o Conselho de Administração da Enauta Participações, controladora da Companhia, aprovou a apresentação de proposta ao Conselho de Administração e aos acionistas da 3R para a combinação dos negócios das duas companhias. A proposta da Enauta Participações envolve a troca de ações entre as empresas de maneira a otimizar a transação, com simplificada estrutura e execução, sem necessidade de carve-outs, waiver fees e reestruturação de garantias. Essa proposta está sujeita à realização de diligências confirmatórias por ambas as partes durante um período de exclusividade de até 30 dias. A transação também está condicionada a condições precedentes usuais para transações da mesma natureza e outras que venham a ser acordadas pelas companhias, tais como a (i) negociação satisfatória dos documentos definitivos da transação, os quais deverão incluir termos e condições habituais; (ii) aprovação da transação pelos acionistas de ambas as companhias em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias; e (iii) obtenção das aprovações legais e regulatórias, incluindo, o CADE.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
 Diretoria: Décio Fabricio Oddone da Costa - CEO
 Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros - CFO e Dir. Relações com Investidores
 Carlos Ferraz Mastrangelo - Diretor de Operações
 Controller: Sabrina de Brito Ramalhoto
 CRC / RJ - 112432/O
 Contador:
 Leonardo Sodré de Souza
 CRC / RJ-127160/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretoria da Enauta Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enauta Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enauta Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024

Deloitte DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
 Marcelo de Figueiredo Seixas
 Contador
 CRC nº 1 PR 045179/O-9

